

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 702.618  
PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: RÁDIO TABAJARA - SUPERINTENDÊNCIA DE RÁDIO DIFUSÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTÔNIO FLÁVIO DE MEDEIROS XAVIER</b>

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI  
Relator

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 702.618  
PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: RÁDIO TABAJARA - SUPERINTENDÊNCIA DE RADIODIFUSÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTÔNIO FLÁVIO DE MEDEIROS XAVIER</b>

## RELATÓRIO

### **O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

Trata-se de embargos de declaração, a mim redistribuídos por ordem da Presidência desta Corte, opostos contra acórdão cuja ementa é a seguinte:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL SEM CONCURSO PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALEGADA URGÊNCIA E EXEPCIONALIDADE. SOBRESTAMENTO AFASTADO. NECESSIDADE DO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO E DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 279 E 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

I Para se concluir de maneira diversa do que assentado pelo tribunal de origem, seria necessário tanto o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos quanto a análise da legislação infraconstitucional aplicada na espécie (Lei 8.666/1993 e Decreto estadual 11.938/1987), hipóteses inviáveis em recurso extraordinário, a teor das Súmulas 279 e 280 desta

**RE 702618 AGR-ED / PB**

Suprema Corte.

II Agravo regimental a que se nega provimento.

Sustenta a parte embargante, em suma, que o acórdão embargado foi omissos, uma vez que (a) não motivou de forma adequada a aplicação das Súmulas 279 e 280 do STF; (b) não abordou a identidade do mérito do apelo com a ADI 3.068; e (c) não enfrentou a aplicação do art. 37, II e IX, da CF/88 ao caso, questão que não envolve reexame de fatos e provas. No mais, repisa as razões de mérito do extraordinário.

É o relatório

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 702.618  
PARAÍBA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (Relator):**

1. Não prospera a irresignação da parte embargante. De acordo com o estatuído no art. 535 do Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão.

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do acórdão embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Assim, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

2. Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração. É o voto.



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 702.618**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI**

EMBTE.(S) : ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

INTDO.(A/S) : RÁDIO TABAJARA - SUPERINTENDÊNCIA DE RADIODIFUSÃO

ADV.(A/S) : ANTÔNIO FLÁVIO DE MEDEIROS XAVIER

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 6.10.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira  
Secretária